

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

EM 31 DE MARÇO DE 2026
E RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2026

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações do resultado intermediárias

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados intermediárias - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem os balanços patrimoniais intermediários e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA) - Informação suplementar

As informações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e a revisão das informações contábeis intermediárias referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota "4.1", foram auditados e revisados por outro auditor independente, respectivamente, que emitiu relatório de opinião sem modificação datado de 20 de março de 2026, e relatório de revisão sem modificação sobre as referidas informações trimestrais datado em 07 de maio de 2025.

Como parte de nosso exame das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2026, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa "4.1" que foram efetuadas para alterar as informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2025, apresentadas para fins de comparação. Em nossa conclusão, tais ajustes são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia e sobre as demonstrações financeiras anuais de 2025 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2025 tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de maio de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/03/2026	31/12/2025
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	683.691	824.315
Aplicações financeiras vinculadas	6	3.458.547	2.744.701
Contas a receber	7	317.240	325.913
Estoques		9.816	9.882
Impostos a recuperar	8a	69.769	32.835
Partes relacionadas	9	10	10
Adiantamentos		23.962	27.426
		4.563.035	3.965.082
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	6	229.827	222.256
Contas a receber	7	8.172	8.720
Impostos diferidos ativos	8b	1.200.055	1.194.238
Estoques		7.191	7.189
Impostos a recuperar	8a	293.067	294.248
Depósitos judiciais	14	24.006	24.078
Investimentos		16.278	16.278
Imobilizado		1.699	1.811
Intangível	10	9.812.731	9.931.060
		11.593.026	11.699.878
TOTAL DO ATIVO		16.156.061	15.664.960

Notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/03/2026	31/12/2025
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		118.750	137.423
Empréstimos e financiamentos	11	481.717	468.405
Debêntures	12	233.949	226.919
Impostos a recolher	8d	75.869	99.971
Obrigações com empregados e administradores		28.824	24.767
Concessão de serviço público	13	2.294.608	2.161.732
Partes relacionadas	9	521	535
Receita diferida	15	63.164	63.314
Adiantamento de clientes		22.185	15.677
Outros passivos		3.724	3.710
		3.323.311	3.202.453
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	387.112	506.898
Concessão de serviço público	13	14.533.958	14.048.319
Provisão para obrigações legais	14	121.330	36.477
Receita diferida	15	263.692	278.318
Adiantamento de clientes		6.939	8.672
Outros passivos		14.242	14.242
		15.327.273	14.892.926
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	16	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(5.054.977)	(5.826.807)
Resultado do período		(64.104)	771.830
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.494.523)	(2.430.419)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		16.156.061	15.664.960

Notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E DE 31 MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		961.278	872.447
Receita de construção		108.742	12.024
Receita operacional líquida	17	1.070.020	884.471
Custo dos serviços prestados	18	(496.179)	(462.230)
Custo de construção	18	(108.742)	(12.024)
Lucro bruto		465.099	410.217
Despesas gerais e administrativas	18	(131.932)	(5.811)
Outras receitas e despesas	18	2.905	3.146
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		336.072	407.552
Receitas financeiras	19	150.272	105.164
Despesas financeiras	19	(529.564)	(515.743)
Resultado antes dos impostos		(43.220)	(3.027)
Imposto de renda e contribuição social	8c	(20.884)	(1.122)
Corrente		(26.701)	(6.328)
Diferido		5.817	5.206
Prejuízo líquido do período		(64.104)	(4.149)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	25	(0,021)	(0,001)

Notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo líquido do período	(64.104)	(4.149)
Total do resultado abrangente do período	(64.104)	(4.149)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.624.558	(5.826.807)	(3.202.249)
Prejuízo Líquido do período	-	(4.149)	(4.149)
EM 31 DE MARÇO DE 2025	2.624.558	(5.830.956)	(3.206.398)

(Valores expressos em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	2.624.558	(5.054.977)	(2.430.419)
Prejuízo Líquido do período	-	(64.104)	(64.104)
EM 31 DE MARÇO DE 2026	2.624.558	(5.119.081)	(2.494.523)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/03/2026	31/03/2025
			(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período antes dos impostos		(43.220)	(3.027)
Depreciação e amortização		250.285	256.930
Baixa de imobilizado e intangível		593	(151)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	7/18	563	(6.732)
Provisão/Reversão para obrigações legais	14	84.853	(21.427)
Apropriação de receita diferida	15	(12.318)	(12.241)
Variações monetárias e encargos, líquidas		383.218	416.124
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(4.322)	(4.791)
Realização do custo de captação de debêntures	12	-	236
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	7	8.659	(2.379)
Estoques		64	335
Outros adiantamentos		3.464	1.781
Impostos a recuperar		(35.845)	(18.542)
Depósitos judiciais	14e	72	21.475
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(36.260)	14.538
Partes relacionadas		(14)	-
Obrigações com empregados e administradores		4.057	3.365
Impostos a recolher		(24.104)	947
Imposto de renda e contribuição social corrente		(26.701)	(6.328)
Adiantamento de clientes		4.775	10.905
Outras obrigações e contas a pagar		13	(487)
Outorga variável	13	109.395	99.276
Juros pagos	11/12	(20.353)	(33.451)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		646.874	716.356
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(1.573.108)	(1.176.583)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		989.259	734.167
Aquisição de intangível		(90.729)	(30.140)
Aquisição de imobilizado		(19)	(29)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(674.597)	(472.585)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(112.901)	(158.544)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(112.901)	(158.544)
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(140.624)	85.227
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		824.315	847.188
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		683.691	932.415
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(140.624)	85.227

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/03/2026	31/03/2025
			(Reapresentado)
Receitas		1.214.107	1.025.537
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	17	1.102.152	1.002.956
Receita de construção	17	108.742	12.024
Outras receitas		3.776	3.825
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	7/18	(563)	6.732
Insumos adquiridos de terceiros		(452.996)	(206.428)
Custos dos serviços prestados		(326.537)	(192.154)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(126.459)	(14.274)
Valor adicionado bruto		761.111	819.109
Retenções			
Depreciação e amortização	18	(250.286)	(256.930)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		510.825	562.179
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	150.272	105.164
Valor adicionado total a distribuir		661.097	667.343
Distribuição do valor adicionado		661.097	667.343
Pessoal e encargos		35.282	30.211
Remuneração direta		23.336	20.027
Benefícios		10.067	8.384
FGTS		1.879	1.800
Impostos, taxas e contribuições		167.332	130.414
Federais		132.871	101.206
Municipais		34.461	29.208
Remuneração do capital de terceiros		522.587	510.867
Juros	19	33.809	52.380
Atualização outorga	19	486.977	456.314
Outros		1.801	2.173
Remuneração de capital próprio		(64.104)	(4.149)
Prejuízo líquido do período		(64.104)	(4.149)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE MARÇO DE 2025.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Em dezembro de 2024 foi assinado o 11º Termo aditivo ao contrato de concessão que autorizou a extensão do contrato pelo período de 1 ano e quatro meses, passando o término da concessão a ocorrer no dia 23 de novembro de 2033. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

No período findo em 31 de março de 2026, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 64.104 (lucro de R\$ 771.830 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025), e em 31 de março de 2026, apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 1.239.724 (R\$ 762.629 positivo em 31 de dezembro de 2025) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 2.494.523 (R\$ 2.430.419 em 31 de dezembro de 2025). As Informações Financeiras Intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 7 anos e 8 meses, a Concessionária realizará investimentos de acordo com a fase II do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das informações financeiras intermediárias

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas informações financeiras Intermediárias (informações trimestrais – ITRs) em 08 de maio de 2026, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2026 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br. Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.2 Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (R1) – Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26 (R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC03(R2)) – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 (CPC 41 – Resultado por ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto ao novo padrão.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública – Divulgação - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeira. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);

- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Investimentos em infraestrutura, demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 31 de março de 2026).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo inicial de 20 (vinte) anos, findos em julho de 2032. Podendo ser prorrogado por mais 5 anos. Em novembro de 2024, com a emissão do 11º termo aditivo ao contrato de concessão houve a prorrogação do prazo da concessão por 16 meses, findos em 23 de novembro de 2033 devidamente outorgado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), podendo ser prorrogado por mais três anos e seis meses.

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 mil com parcelas anuais de R\$ 810.650 mil, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017, 2020, 2023 e 2024 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. REAPRESENTAÇÃO

4.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Companhia procedeu a reapresentação de determinadas rubricas da DVA referente ao período findo em 31 de março de 2025 em atendimento a resolução CVM 199/2024, a fim de manter a comparabilidade com o saldo de 31 de março de 2026. A reapresentação resultou nas seguintes reclassificações de valores anteriormente apresentados:

(i) Melhoria na apresentação dos valores anteriormente apresentados em “Outras receitas”, referentes às “Receitas relativas à construção de ativos da concessão”, que não haviam sido apresentados separadamente no período comparativo, e “Custos dos serviços prestados” para “Impostos Federais”, para adequar a natureza de apresentação do PIS S/ Outorga variável. Tais reclassificações, não geraram impacto relevante em qualquer índice no contexto das informações financeiras intermediárias.

Abaixo quadro demonstrando os valores da DVA conforme anteriormente apresentado:

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/03/2025	DVA 11TR2025	31/03/2025
		Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receitas		1.025.537	-	1.025.537
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	17	1.002.956	-	1.002.956
Receita de construção	17	-	12.024	12.024
Outras receitas		15.849	(12.024)	3.825
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	7/18	6.732	-	6.732
Insumos adquiridos de terceiros		(204.790)	(1.638)	(206.428)
Custos dos serviços prestados		(190.516)	(1.638)	(192.154)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.274)	-	(14.274)
Valor adicionado bruto		820.747	(1.638)	819.109
Retenções				
Depreciação e amortização	18	(256.930)	-	(256.930)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		563.817	(1.638)	562.179
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	19	105.164	-	105.164
Valor adicionado total a distribuir		668.981	(1.638)	667.343
Distribuição do valor adicionado		668.981	(1.638)	667.343
Pessoal e encargos		30.211	-	30.211
Remuneração direta		20.027	-	20.027
Benefícios		8.384	-	8.384
FGTS		1.800	-	1.800
Impostos, taxas e contribuições		132.052	(1.638)	130.414
Federais		102.844	(1.638)	101.206
Municipais		29.208	-	29.208
Remuneração do capital de terceiros		510.867	-	510.867
Juros	19	52.380	-	52.380
Atualização outorga	19	456.314	-	456.314
Outros		2.173	-	2.173
Remuneração de capital próprio		(4.149)	-	(4.149)
Prejuízo líquido do período		(4.149)	-	(4.149)

4.2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Companhia procedeu a reapresentação de determinadas rubricas da DFC referente ao período findo em 31 de março de 2025 em atendimento a resolução CVM 92/2022, a fim de manter a comparabilidade com o saldo de 31 de março de 2026. A reapresentação resultou nas seguintes reclassificações de valores anteriormente apresentados:

(i) Melhoria na apresentação dos valores anteriormente apresentados em “Aumento (redução) nos passivos operacionais”, referentes à “Impostos a recolher”, que não haviam sido apresentados separadamente no período comparativo. Tal reclassificação, não gerou impacto relevante em qualquer índice no contexto das informações financeiras intermediárias.

Abaixo quadro demonstrando os valores da DFC conforme anteriormente apresentado:

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/03/2025	DFC 11TR2025	31/03/2025
		Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período antes dos impostos		(3.027)	-	(3.027)
Depreciação e amortização		256.930	-	256.930
Baixa de imobilizado e intangível		(151)	-	(151)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	7/18	(6.732)	-	(6.732)
Provisão/Reversão para obrigações legais	14	(21.427)	-	(21.427)
Apropriação de receita diferida	15	(12.241)	-	(12.241)
Variações monetárias e encargos, líquidas		416.124	-	416.124
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(4.791)	-	(4.791)
Realização do custo de captação de debêntures	12	236	-	236
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Contas a receber	7	(2.379)	-	(2.379)
Estoques		335	-	335
Outros adiantamentos		1.781	-	1.781
Impostos a recuperar		(18.542)	-	(18.542)
Depósitos judiciais	14e	21.475	-	21.475
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores		14.538	-	14.538
Obrigações com empregados e administradores		3.365	-	3.365
Impostos a recolher		(5.381)	6.328	947
Imposto de renda e contribuição social		-	(6.328)	(6.328)
Adiantamento de clientes		10.905	-	10.905
Outras obrigações e contas a pagar		(487)	-	(487)
Outorga variável	13	99.276	-	99.276
Juros pagos	11/12	(33.451)	-	(33.451)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		716.356	-	716.356
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação financeira		(1.176.583)	-	(1.176.583)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		734.167	-	734.167
Aquisição de intangível		(30.140)	-	(30.140)
Aquisição de imobilizado		(29)	-	(29)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(472.585)	-	(472.585)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(158.544)	-	(158.544)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(158.544)	-	(158.544)
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		85.227	-	85.227
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		847.188	-	847.188
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		932.415	-	932.415
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		85.227	-	85.227

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	2.438	20.115
Aplicações em CDB e Fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	681.253	804.200
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	683.691	824.315

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média ponderada de 101,2% do CDI (101,2% do CDI em 31 de dezembro de 2025), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	3.458.547	2.744.701
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	3.458.547	2.744.701
Não circulante	229.827	222.256
Conta Reserva	229.827	222.256
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	3.688.374	2.966.957

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos nas contas reservas outorgas são destinados ao pagamento da Outorga fixa e variável.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,6% do CDI (99,2% do CDI em 31 de dezembro de 2025) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor os saldos das contas reservas: da conta pagamento, da conta outorga fixa e da conta outorga variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos contratos de financiamentos e de cessão fiduciária de direitos creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

7. CONTAS A RECEBER

	31/03/2026	31/12/2025
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	112.220	117.739
Armazenagem	36.830	34.131
	149.050	151.870
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	234.729	240.567
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(58.367)	(57.804)
Total contas a receber	325.412	334.633
Circulante	317.240	325.913
Não circulante(*)	8.172	8.720

(*) montante correspondente a renegociação dos títulos em confissão de dívida.

Em 31 de março de 2026, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE MARÇO DE 2026	325.412	*(58.367)	297.512	20.942	5.626	1.544	2.298	1.327	297	54.233

* R\$ 53.857 valores vencidos há mais de 180 dias.

	Total líquido de PECLD	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2025	334.633	(57.804)	308.900	17.716	4.933	3.663	1.782	1.388	1.262	52.793

Em 31 de março 2026, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 58.367 (R\$ 57.804 em 31 de dezembro de 2025).

Movimentação na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do período/exercício	(57.804)	(87.224)
Constituição/Reversão	(563)	23.781
Baixa para perdas	-	5.639
Saldo no fim do período	(58.367)	(57.804)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas. Após identificação de utilização do critério de perdas estimadas, a Concessionária aplica o percentual de provisão estabelecida para cada faixa de *aging*.

Em 31 de outubro de 2023, a Southrock Capital Ltda, à época, na qualidade de detentora das marcas Starbucks, Subway, Brazil Airport Restaurantes entre outras do setor de alimentos e bebidas ingressou com o pedido de recuperação judicial junto à Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, (local onde estão concentradas as principais atividades, administração e o patrimônio da empresa), a fim de proteger o seu interesse privado e garantir a continuidade de sua atividade empresarial. Em 31 de março de 2025, foi proferida decisão homologando o PRJ (Plano de Recuperação Judicial) apresentado pela Southrock. Em 22 de abril de 2025, a Concessionária confirmou sua opção por se tornar credora estratégica, garantindo o seu enquadramento como um dos “Credores Estratégicos Locadores”, com a finalidade de receber seu crédito com melhores condições.

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/03/2026	31/12/2025
PIS e COFINS	31.205	29.379
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	38.564	3.456
Total dos impostos a recuperar - circulante	69.769	32.835
PIS e COFINS - não circulante	293.067	294.248
Total	362.836	327.083

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto em sua maioria pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

O montante de IRPJ e CSLL apresentado em impostos a recuperar refere-se em sua maioria aos impostos sobre o lucro recolhidos por estimativa no ano de 2026 bem como ao IRRF sobre os rendimentos de aplicação financeira ocorridos em 2026.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.400.833	1.414.017
Total	1.400.833	1.414.017
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção (*)	(295.173)	(304.789)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	95.632	86.303
Arrendamentos	(1.237)	(1.293)
Total	(200.778)	(219.779)
Saldo ativo diferido líquido	1.200.055	1.194.238

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

Movimentação do saldo do ativo diferido:

	<u>31/12/2025</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/03/2026</u>
IRPJ e CSLL ativo diferido	1.414.017	-	(13.184)	1.400.833

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2026	71.811
2027	84.662
2028 a 2033	1.244.360
	1.400.833

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	31/03/2026	31/03/2025
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(43.220)	(3.027)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	14.695	1.029
Diferenças permanentes	231	(94)
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído/não constituído	(35.810)	(2.057)
Total dos impostos no resultado - diferido	(20.884)	(1.122)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(26.701)	(6.328)
Diferido	5.817	5.206
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	48%	37%

O valor acumulado, até 31 de março de 2026 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.206.104 (R\$ 1.170.293 em 31 de dezembro de 2025).

d) Impostos a recolher

	31/03/2026	31/12/2025
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	28.414	45.421
ISSQN	10.702	10.790
	39.116	56.211
Impostos retidos sobre serviços	10.052	12.477
Impostos sobre o lucro	26.701	31.283
Circulante	75.869	99.971

9. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/03/2026		
			Ativo Circulante	Passivo circulante	Resultado
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	521	31
			10	521	31
			31/12/2025		
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo Circulante	Passivo circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Prestação de serviços de capacitação técnica	Acionista direto	-	14	-
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	521	119
			10	535	119

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) O passivo com o acionista direto INFRAERO em 2025, decorre de gastos com serviço de capacitação técnica, por meio da realização do curso “Introdução à Emergência Aeroportuária”, aderência direta às exigências normativas aplicáveis à segurança operacional, em especial às disposições da RBAC nº 153.
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária. O ativo com o acionista indireto INVEPAR decorre de cessão de espaço.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/03/2026			31/03/2025		
	Remuneração Fixa	Outros	* Total	Remuneração Fixa	Outros	* Total
Diretores	965	368	1.333	824	307	1.131
Conselho de administração e fiscal	441	88	529	460	92	552
Total	1.406	456	1.862	1.284	399	1.683

* Contempla encargos aproximados de 15%.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2026 para o exercício de 2026, é de R\$ 12.617 (Não contempla valor de encargos).

Em 31 de março de 2026, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 4.394 (R\$ 3.514 em 31 de dezembro de 2025).

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2026
Custo						
Software		29.175	-	-	-	29.175
Outorga fixa - concessão		15.523.096	24.008	-	-	15.547.104
Investimento para concessão		4.584.734	2.086	(1.072)	108.723	4.694.471
Em andamento		603.316	106.230	-	(108.723)	600.823
Total		20.740.321	132.324	(1.072)	-	20.871.573
Amortização acumulada						
Software	20%	(27.013)	(225)	-	-	(27.238)
Outorga fixa - concessão	(a)	(8.213.966)	(192.625)	-	-	(8.406.591)
Investimento para concessão	(a)	(2.568.282)	(57.304)	573	-	(2.625.013)
Total		(10.809.261)	(250.154)	573	-	(11.058.842)
Intangível líquido		9.931.060	(117.830)	(499)	-	9.812.731

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferências	Saldo em 31/03/2025
Custo					
Software		28.980	-	9	28.989
Outorga fixa - concessão		15.377.645	54.464	-	15.432.109
Investimento para concessão		4.541.423	1.423	12.004	4.554.850
Em andamento		322.066	28.734	(12.013)	338.787
Total		20.270.114	84.621	-	20.354.735
Amortização acumulada					
Software	20%	(25.729)	(346)	-	(26.075)
Outorga fixa - concessão	(a)	(7.441.933)	(191.183)	-	(7.633.116)
Investimento para concessão	(a)	(2.343.238)	(65.394)	-	(2.408.632)
Total		(9.810.900)	(256.923)	-	(10.067.823)
Intangível líquido		10.459.214	(172.302)	-	10.286.912

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase.

Em 17 de dezembro de 2024, foi formalizado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, autorizando a extensão do prazo contratual por 16 meses, estendendo o prazo de amortização do intangível. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 24.008.

O saldo apresentado em andamento refere-se principalmente ao projeto APM, da elaboração do projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP. O projeto denominado APM – *Automated People Mover* (AeroGRU) terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o período até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2026, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2026 até 23 de novembro de 2033 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (<i>spread</i>)	Saldo inicial 31/12/2025	Juros		Pagamento		Saldo final 31/03/2026
						incorridos		principal	juros	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	678.450	18.400		(78.643)	(13.926)	604.281
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.093	23		(129)	(15)	972
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	295.760	8.356		(34.129)	(6.412)	263.576
Total					975.302	26.779		(112.901)	(20.353)	868.829
Parcela do circulante					468.405					481.717
Parcela do não circulante					506.898					387.112

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (<i>spread</i>)	Saldo inicial 31/12/2024	Juros		Pagamento		Saldo final 31/03/2025
						incorridos		principal	juros	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	952.528	23.749		(70.337)	(19.776)	886.164
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.551	58		(119)	(52)	1.438
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	414.149	10.833		(30.379)	(9.098)	385.505
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	2.391	92		(825)	(54)	1.604
Total					1.370.619	34.732		(101.660)	(28.980)	1.274.711
Parcela do circulante					422.942					395.871
Parcela do não circulante					947.677					878.840

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

Vencimento

2027	<u>387.112</u>
	<u>387.112</u>

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300.

Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, cada um dos bancos, ficaram com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000.

Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e a debênture de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário que possuem as seguintes garantias e cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);

- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável; e
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

12. DEBÊNTURES

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Resolução CVM 160, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será efetuada em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

Amortização

	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em 15 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou integralmente as séries 1ª, 2ª, 3ª e 4ª da primeira emissão de debêntures, conforme previsto na escritura.

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Resolução CVM 160, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2025	Juros incorridos	Saldo final 31/03/2026
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	226.919	7.030	233.949
Total				226.919	7.030	233.949

Parcela do circulante 226.919 233.949

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2024	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2025
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	230.929	8.608	(56.884)	(4.471)	-	178.182
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	255.732	9.039	-	-	-	264.771
Custo com emissão				(959)	-	-	-	236	(723)
Total				485.702	17.647	(56.884)	(4.471)	236	442.230

Parcela do circulante 302.595 254.848
 Parcela do não circulante 183.107 187.382

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2025	Adições	Atualização (a)		Saldo final 31/03/2026
			Resultado	Intangível	
Outorga variável	442.324	109.395	-	-	551.719
Outorga fixa	1.739.793	-	21.172	2.588	1.763.552
(-) Reequilíbrio	(20.385)	-	(278)	-	(20.663)
Circulante	2.161.732	109.395	20.894	2.588	2.294.608
Outorga fixa	14.110.340	-	465.805	21.420	14.597.565
(-) Reequilíbrio	(62.021)	-	(1.586)	-	(63.607)
Não circulante	14.048.319	-	464.219	21.420	14.533.958
Total	16.210.051	109.395	485.113	24.008	16.828.566

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2024	Adições	Atualização(a)			Saldo final 31/03/2025
			Resultado	Intangível	Transf.	
Outorga variável	371.033	99.276	-	-	-	470.309
Outorga fixa	1.665.482	-	48.582	5.799	(21.075)	1.698.788
(-) Reequilíbrio	(18.785)	-	(375)	-	-	(19.160)
Circulante	2.017.730	99.276	48.207	5.799	(21.075)	2.149.937
Outorga fixa	13.779.689	-	407.732	48.665	21.075	14.257.161
(-) Reequilíbrio	(74.046)	-	(1.820)	-	-	(75.866)
Não circulante	13.705.643	-	405.912	48.665	21.075	14.181.295
Total	15.723.373	99.276	454.119	54.464	-	16.331.232

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação – Termo aditivo nº 006/2020

As alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, preveem nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e

- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023

Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas, da seguinte forma:

- Pagamento do saldo residual de 50% da contribuição fixa de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029;
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano; e
- Alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 04 de agosto de 2023.

Repactuação - Termo aditivo nº 011/2024

Em 17 de dezembro de 2024, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que prevê a extensão do prazo da vigência do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos por mais 16 meses, em contrapartida à realização de R\$ 1,4 bilhão em investimentos, dentre outras disposições.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 19 de dezembro de 2024.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Reequilíbrio econômico financeiro – Cargas Importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou a 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor o seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela a seguir:

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 18 de agosto de 2021, por meio da Decisão nº 398 da ANAC foi realizada a revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, na qual foram analisadas detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual. Concluiu-se que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro – Novas exigências para alfandegamento.

(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 06 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá a valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro – Controle Migratório

Em razão de novas exigências por legislação superveniente advindas da Portaria nº 15.205-DG/PF, de 30 de junho de 2021, que diz respeito à necessidade de fornecimento de pessoal habilitado para a operação de cabines de migração individualizadas, a partir de 1º de junho de 2024, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão.

(Decisão nº 729 da ANAC de 11 de dezembro de 2025)

O valor do desequilíbrio verificado em 2025, corresponde ao montante de R\$ 50.764, a valores de 18 de dezembro de 2025, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2025 com vencimento em 18 de dezembro de 2025.

Reequilíbrio econômico financeiro – Tarifas de Armazenagem de Cargas

Em razão dos prejuízos causados pela ausência de reajuste das faixas de cobrança das tarifas de Armazenagem e Capatazia de Cargas Importadas de Alto Valor Específico constantes da tabela 11 do Anexo 4 – Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 até a entrada em vigor da Portaria nº 14.824/SRA/2024, de 17 de junho de 2024, que atualizou as faixas de cobrança da Tabela 11, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão.

(Decisão nº 732 da ANAC de 12 de dezembro de 2025)

O valor do desequilíbrio verificado corresponde a R\$ 127.704, a valores de 18 de outubro de 2025, o montante foi atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal até o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa, o montante de R\$ 128.810 foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2025 com vencimento em 18 de dezembro de 2025.

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	31/12/2025	Provisões	Reversões	Atualização	31/03/2026
Provisão para riscos					
Trabalhistas	23.348	847	(72)	671	24.794
Cíveis	12.823	139	(891)	248	12.319
Administrativos	212	-	(178)	10	44
Tributários	94	84.094	(17)	2	84.173
Total	36.477	85.080	(1.158)	931	121.330

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

O valor registrado nas provisões de natureza tributária decorre da alteração no prognóstico de risco, em caso envolvendo discussão sobre ISS.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para riscos		
Tributários (a)	1.116.414	1.103.706
Cíveis (b)	276.273	274.000
Administrativo (c)	51.840	53.223
Trabalhistas (d)	11.741	12.062
Total	1.456.268	1.442.991

a) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2026, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, e com decisões desfavoráveis com relação aos anos de 2013 a 2023, sendo que para o lançamento de 2024, 2025 e 2026 ainda não houve decisão administrativa. No que diz respeito aos anos de 2013 a 2023, foi impetrado Mandado de Segurança que com a pretensão de obter a nulidade dos julgamentos administrativos. No âmbito desse processo, foi proferida decisão favorável à Concessionária, declarando a nulidade das decisões administrativas e garantindo o direito a um novo julgamento dos recursos administrativos. Contudo, até o presente momento, esse rejuízo ainda não ocorreu. Caso a cobrança seja definitivamente declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto a ANAC.

b) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem/carga ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. Os principais processos estão relacionados a ações indenizatórias que buscam o reconhecimento de responsabilidade civil da Concessionária, decorrentes de discussões contratuais e por supostos inadimplementos, ainda sem decisão definitiva.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, Receita Federal do Brasil, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo da ação. Em dezembro de 2024, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou um Auto de Infração devido a supostas falhas de informação na entrega intermediária de mercadorias importadas. O auto de infração foi impugnado e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

d) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, pedidos de condenação subsidiária decorrentes de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 86% do total das contingências. Quando há o reconhecimento da responsabilidade subsidiária e consequente redirecionamento da execução para a Concessionária, discute-se o benefício de ordem para pagamento de condenações.

e) Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de março de 2026, a Concessionária possuía R\$ 24.006 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 24.078 em 31 de dezembro de 2025).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2025	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2026
Cessão de espaço	48.375	(12.318)	12.133	48.190
Reequilíbrio	14.939	(3.735)	3.770	14.974
Circulante	63.314	(16.053)	15.903	63.164
Cessão de espaço	238.430	-	(12.133)	226.297
Reequilíbrio	39.888	1.277	(3.770)	37.395
Não Circulante	278.318	1.277	(15.903)	263.692
	341.632	(14.776)	-	326.856

	Saldo inicial 31/12/2024	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2025
Cessão de espaço	48.957	(12.241)	12.197	48.913
Reequilíbrio	14.371	(3.592)	3.630	14.409
Circulante	63.328	(15.833)	15.827	63.322
Cessão de espaço	286.769	-	(12.197)	274.572
Reequilíbrio	50.847	996	(3.630)	48.213
Não Circulante	337.616	996	(15.827)	322.785
	400.944	(14.837)	-	386.107

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2025, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/03/2026		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	2.624.558	3.033.541.675	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	337.051	289.306
Receita de armazenagem e capatazia	271.253	257.414
Total da receita operacional bruta tarifária	608.304	546.720
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	493.848	456.236
Total da receita operacional bruta não tarifária	493.848	456.236
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	1.102.152	1.002.956
Deduções da receita bruta	(140.874)	(130.509)
Impostos sobre receita	(132.674)	(120.317)
Outras deduções	(8.201)	(10.192)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	961.278	872.447
Receita de construção	108.742	12.024
Receita operacional líquida	1.070.020	884.471

18. CUSTOS E DESPESAS

	31/03/2026	31/03/2025
Depreciação e amortização	(250.286)	(256.930)
Custo de construção	(108.742)	(12.024)
Outorga variável	(107.590)	(97.638)
Contingências	(86.420)	20.358
Serviços de terceiros	(73.979)	(53.552)
Pessoal e encargos	(40.527)	(34.649)
Conservação e manutenção	(31.987)	(25.245)
Energia elétrica	(17.667)	(17.364)
Consultoria e assessoria	(9.139)	(4.186)
Aluguéis e impostos	(7.138)	(3.250)
Seguros e garantias	(2.009)	(2.208)
PECLD	(563)	6.732
Outros	(14)	771
Reequilíbrios econômicos financeiro	2.113	2.266
	<u>(733.948)</u>	<u>(476.919)</u>
Custo dos serviços prestados	(496.179)	(462.230)
Despesas gerais e administrativas	(131.932)	(5.811)
Custo de construção	(108.742)	(12.024)
Outras receitas e despesas	2.905	3.146
	<u>(733.948)</u>	<u>(476.919)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2026	31/03/2025
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	137.568	92.569
Outras receitas financeiras	12.704	12.595
Total	<u>150.272</u>	<u>105.164</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(486.977)	(456.314)
Juros sobre empréstimos	(26.779)	(34.733)
Juros sobre debêntures	(7.030)	(17.647)
Outros	(8.778)	(7.049)
Total	<u>(529.564)</u>	<u>(515.743)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(379.292)</u>	<u>(410.579)</u>

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Em 31 de março de 2026 a Concessionária apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 13,7% de seu faturamento.

Por operar um único segmento “concessão aeroportuária”, a Administração concluiu e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

21. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

22. SEGUROS

Em 31 de março de 2026, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto). As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das Informações Financeiras Intermediárias e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

	Moeda	R\$ MIL		Vigência		Seguradora
		Limite máximo de indenização	Início	Fim		
Riscos operacionais	BRL	1.773.349	mai/25	mai/26	Tokio Marine	
Garantia de obrigações públicas	BRL	936.207	jun/25	jun/26	Junto	
D&O*	BRL	100.000	mai/25	mai/26	Berkley International	
Aeronautico - Drones	BRL	2.000	nov/25	nov/26	Mapfre	
Seguro de frota	BRL	600	mai/25	mai/26	Porto	
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD	500.000	dez/25	dez/26	Starr International	

*A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2026 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, investimentos, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros		31/03/2026		
	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	683.691	-	683.691
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	3.688.374	-	3.688.374
Investimento	Nível 2	16.278	-	16.278
Contas a receber		-	325.412	325.412
Partes relacionadas		-	10	10
Total do ativo		4.388.343	325.422	4.713.765
Passivos				
Fornecedores		-	118.750	118.750
Partes relacionadas		-	521	521
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		-	868.829	868.829
Debêntures		-	233.949	233.949
Concessão de serviço público		-	16.828.566	16.828.566
Outros passivos - Investimento		-	16.278	16.278
Total do passivo		-	18.066.893	18.066.893

Instrumentos financeiros		31/12/2025		
	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	824.315	-	824.315
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.966.957	-	2.966.957
Investimento	Nível 2	16.278	-	16.278
Contas a receber		-	334.633	334.633
Partes relacionadas		-	10	10
Total do ativo		3.807.550	334.643	4.142.193
Passivos				
Fornecedores		-	137.423	137.423
Partes relacionadas		-	535	535
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		-	975.303	975.303
Debêntures		-	226.919	226.919
Concessão de serviço público		-	16.210.051	16.210.051
Outros passivos - Investimento		-	16.278	16.278
Total do passivo		-	17.566.509	17.566.509

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Investimento

A Concessionária, no ano de 2024 firmou contrato de participação societária com a companhia Bioenergia Gasa na qual não detém controle. Esse investimento foi reconhecido pelo custo original e, posteriormente, avaliado ao valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

A debênture, em 31 de março de 2026, apresenta valor de mercado de R\$ 224.965 (R\$ 220.653 em 31 de dezembro de 2025).

Fonte: B3

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

a) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, na Nota explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/03/2026
Fornecedores	118.750	-	-	-	118.750
Empréstimos e financiamentos	481.717	387.112	-	-	868.829
Debêntures	233.949	-	-	-	233.949
Concessão de serviço público	1.763.552	5.483.017	5.963.504	9.630.375	22.840.448
	<u>2.597.968</u>	<u>5.870.129</u>	<u>5.963.504</u>	<u>9.630.375</u>	<u>24.061.976</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2025
Fornecedores	137.423	-	-	-	137.423
Empréstimos e financiamentos	468.405	506.898	-	-	975.303
Debêntures	226.919	-	-	-	226.919
Concessão de serviço público	1.739.792	5.419.559	5.894.485	9.518.916	22.572.752
	<u>2.572.539</u>	<u>5.926.457</u>	<u>5.894.485</u>	<u>9.518.916</u>	<u>23.912.397</u>

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre de a possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/03/2026	Risco/indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	683.691	CDI (% ao ano)	100.161
Aplicações financeiras vinculadas	3.688.374	CDI (% ao ano)	540.347
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>
CDI (% ao ano)			14,65%

(*) O montante R\$ 804.200 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos públicos.

Passivo financeiro

Operação	31/03/2026	Risco/indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	868.829	TJLP (% ao ano)	79.845
Debêntures	233.949	IPCA (% ao ano)	9.685
Concessão de serviço público	16.828.566	IPCA (% ao ano)	696.703
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>
TJLP (% ao ano)			9,19%
CDI (% ao ano)			14,65%
IPCA (% ao ano)			4,14%

24. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/03/2026	31/03/2025
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	24.008	54.464
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	17.587	17.882

25. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas Informações Financeiras Intermediárias.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2026 e 2025, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	31/03/2026	31/03/2025
<u>Numerador</u>		
Lucro do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(64.104)	(4.149)
Denominador (em milhares de ações)	3.033.542	3.033.542
<u>Resultado básico e diluído por ação - em reais</u>	<u>(0,021)</u>	<u>(0,001)</u>

26. Evento Subsequente

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. divulgou em comunicado ao mercado em geral que assinou o 12º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto é manter e explorar os 12 aeroportos regionais arrematados no âmbito do Programa AmpliAR.